

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Universidade do Porto

**DELINQUÊNCIA JUVENIL: VINCULAÇÃO AOS PAIS E EDUCAÇÃO
PARENTAL**

Inês Alexandra Santos Fernandes

Setembro de 2012

Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Psicologia na área de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, sob orientação do Professor Jorge Negreiros.

Agradecimentos

À minha família, em especial os meus pais e avós, por tudo o que fizeram por mim, por todo o apoio e motivação.

Ao Vitor, pela força que me deu para que eu nunca desistisse.

Ao Professor Doutor Jorge Negreiros, pela partilha de saberes e pelo acompanhamento contínuo ao longo do meu percurso académico.

Ao Centro Educativo de Santo António, que me ajudaram na execução deste trabalho.

À Escola EB 2/3 Professor Óscar Lopes e à Escola Secundária do Castelo da Maia por todo o apoio e disponibilidade demonstrados quanto à recolha de dados.

Por último, aos meus amigos mais próximos, em especial ao Hélder e a Elsa que me acompanharam ao longo de todo este processo.

Muito Obrigado a todos.

Resumo

A influência dos estilos educativos dos pais e a vinculação existente entre pais e filhos na prática delituosa dos jovens têm sido alvo de várias especulações, e de alguns estudos e teorias explicativas. O presente estudo pretende auxiliar a compreensão desta área, através da análise das perceções dos jovens acerca dos estilos educativos e, ainda, da relação de vinculação estabelecida com os pais. A amostra é constituída por 81 participantes, com idades compreendidas entre os 13 e os 18. 32 dos jovens encontram-se institucionalizados num Centro Educativo situado no distrito do Porto, onde se encontravam a cumprir medidas impostas pelo Tribunal devido à prática de atos delituosos e 49 jovens que se encontravam a frequentar o ensino regular numa escola. Foi aplicado, a todos os participantes, um questionário que inclui dados sócio-demográficos, questões de delinquência autorrevelada, questões relativas à perceção dos jovens acerca do estilo de vinculação dos seus pais (QVPM) e relativamente à educação parental (QEEP). Os dados obtidos nas dimensões de vinculação avaliadas, não permitiram identificar diferenças significativas entre os dois grupos analisados. No entanto, ao nível da educação parental verificaram-se algumas diferenças. Os jovens institucionalizados em Centro Educativo percecionam a educação parental como sendo Autorizada, enquanto os jovens que frequentam o ensino regular a percecionam como Negligente.

Palavras-chave: delinquência juvenil, vinculação, práticas parentais, questionário QVPM, questionário QEEP.

Abstract

The influence of the parents' educational styles and the binding between the parents and their children in the criminal practice of young people has been the subject of several speculations, some studies and explanatory theories. This study intends to assist in the understanding of this area by examining the perceptions of youth about educational styles and also the binding relationship established with parents. The sample consists of 81 participants, aged between 13 and 18 years old. 32 of these youngsters are institutionalized in an Educational Center located in the district of Porto, where they are accomplishing the measures imposed by the Court due to the practice of criminal acts, and 49 youngsters who were attending a public school. To all participants It was applied a questionnaire that included socio-demographic data, with self-disclosed delinquency issues, with issues about the youngsters' perception of the attachment style of their parents (QVPM) and also about the parental education (QEEP). The data obtained during the evaluation of the different binding dimensions failed to identify significant differences between the two groups. However, in the parental education level there were noticed some differences. The youngsters institutionalized in the Educational Center perceived the parental education as Authorized, while the youngsters who attend regular school perceived it as Negligent.

Key-words: juvenile delinquency, attachment, parenting practices, QVPM questionnaire, QEEP questionnaire.

Resumé

L'influence des styles éducatifs des parents et de l'attachement entre les parents et les enfants dans la pratique criminelle des jeunes ont fait l'objet de diverses spéculations, de certaines études et de théories explicatives. Cette étude est destinée à faciliter la compréhension de ce domaine en examinant les perceptions des jeunes sur les styles d'enseignement et aussi la liaison avec les parents. L'échantillon se compose de 81 participants, âgés entre 13 et 18 ans. 32 jeunes sont institutionnalisés dans un Centre Educationnel situé dans le district de Porto, où ils doivent respecter les mesures imposées par la Cour, étant accusé par la pratique d'actes criminels et 49 jeunes qui fréquentaient une école publique. Il a été appliqué à tous les participants un questionnaire qui comprenait données sociodémographiques, avec des questions de délinquance auto-divulguée, des questions de la perception des jeunes sur le type de liaison avec leurs parents (QVPM) et en matière d'éducation parentale (QEEP). Les données obtenues dans les dimensions de la liaison évaluée n'ont pas permis l'identification de différences significatives entre les deux groupes. Cependant, quelques différences ont été vérifiées au niveau de l'éducation parentale. Les jeunes institutionnalisés dans le Centre Educationnel perçoivent l'éducation parentale comme Autorisé, tandis que les jeunes qui fréquentent l'école publique la perçoivent comme Négligente.

Mots-clés: délinquance juvénile, liaison, pratiques parentales, questionnaire QVPM, questionnaire QEEP.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico.....	2
1. Delinquência Juvenil	3
2. A Família como fator explicativo do comportamento delinquente.....	4
3. A teoria da Vinculação.....	6
3.1. Vinculação na adolescência	7
3.2. O modelo bidimensional de Bartholomew de avaliação da vinculação	9
3.3. A teoria da Vinculação como um dos fatores explicativos da delinquência.....	10
4. Estilos educativos parentais	11
4.1. Educação parental e comportamentos antissociais	14
Capítulo 2 - Metodologia.....	16
1. Objetivos e Hipóteses de Investigação.....	17
2. Método	18
2.1. Amostra.....	18
2.2. Instrumentos.....	20
2.3. Procedimento	22
3. Análise dos Resultados.....	22
4. Discussão dos Resultados.....	29
Conclusão	32
Referências Bibliográficas.....	33
Anexos.....	39
Anexo 1: Instrumento utilizado na recolha de dados.....	40

Índice de Abreviaturas

CE – Centro Educativo

QEEP – Questionário de Estilos Educativos Parentais

QVPM – Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

Introdução

O comportamento antissocial por parte de jovens tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos, justificando de certo modo, as inúmeras investigações e intervenções que têm surgido nesta área. Em consequência, atualmente existe um maior conhecimento acerca desta temática, embora permaneçam e surjam novas questões de investigação ainda por esclarecer.

A família e as relações estabelecidas entre os seus membros encontram-se no leque dos fatores de risco estudados, os quais têm sido associados ao desenvolvimento de comportamentos antissociais, permitindo manter a crença na possibilidade de a família influenciar os comportamentos dos adolescentes. O presente trabalho insere-se nesta linha de investigação, visando analisar os estilos de vinculação aos pais e o estilo de educação parental vigentes nas famílias de jovens com comportamentos antissociais, nomeadamente jovens institucionalizados em Centro Educativo devido à prática de atos classificados pela Lei como crime.

O primeiro capítulo será dedicado a uma revisão da literatura sobre os vários constructos analisados neste trabalho. Numa primeira parte será apresentada uma reflexão acerca do que é a delinquência juvenil e quais os principais fatores de risco que têm sido estudados, nomeadamente ao nível familiar, que consiste no fator primordial da análise. É importante ressaltar que neste trabalho, a delinquência será entendida como a prática de atos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais, baseando-se, assim, num contato oficial com a justiça (Negreiros, 2008).

Numa segunda e terceira partes, apresenta-se uma revisão da literatura acerca da importância que a família possui, no que diz respeito à prática de comportamentos delinquentes, nomeadamente ao nível da vinculação e dos estilos educativos parentais. Para cada um destes temas, será apresentada uma revisão dos estudos produzidos nesta área, nomeadamente os que pretenderam analisar estes fatores ao nível da delinquência e como poderão influenciar as práticas transgressivas.

Por último, será apresentado o estudo empírico levado a cabo junto de jovens adolescentes, com o intuito de avaliar a perceção que os jovens possuem acerca dos estilos de vinculação e os estilos educativos parentais.

Capítulo I

Enquadramento teórico

1. Delinquência Juvenil

A utilização do termo *delinquência* tem sido acompanhada de alguma ambiguidade, levando os teóricos da área a sugerirem outros termos como *comportamento antissocial* e *crime* que, embora as suas definições sejam diferentes, o seu uso não tem sido diferenciado. No entanto, admite-se, de um modo geral, que o termo *comportamento antissocial* seja o mais abrangente (Negreiros, 2008). De um modo geral, estes conceitos designam comportamentos praticados por jovens, desde atos agressivos, furtos, vandalismo, fugas, ou outros comportamentos que traduzam uma violação das normas ou de expectativas socialmente estabelecidas, incluindo atos considerados pela lei como crime, se cometidos por adultos. (ibd.).

Para Ferreira (1997), a delinquência juvenil refere-se a todo o tipo de infração criminal que ocorre durante a infância e a adolescência, envolvendo o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais relativamente aos menores que cometeram infrações criminais ou adotam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial, do grupo etário a que pertencem.

A delinquência juvenil pode, assim, ser entendida como um comportamento adotado por jovens que violam as normas regentes na sociedade. Porém, nem todos os indivíduos que têm comportamentos desviantes podem ser considerados delinquentes (Carvalho, 2005). Caso contrário, assim como refere Kratcoski, (1990), os jovens seriam considerados como delinquentes quando adotassem determinadas formas de vestir ou determinados penteados, assim como um conjunto de atitudes opostas às estabelecidas pela sociedade.

Nas últimas décadas, o fenómeno da delinquência juvenil, tem suscitado o aparecimento de uma diversidade de teorias e modelos explicativos (Negreiros, 2008). Segundo Loeber e Farrington (1998), o comportamento delincente é o resultado de complexas interações de fatores individuais, fatores situacionais (escola, casa, vizinhança) e fatores sociais (família, pares). Simões, Matos e Batista-Foguet (2008) referem ter sido encontrados diversos fatores de risco associados ao comportamento delincente, nomeadamente, características individuais, tais como, o stress, a vulnerabilidade genética, psicológica, cognitiva, fisiológica ou comportamental; fatores situacionais, ou seja, momentos onde surge a oportunidade para a prática do crime;

fatores sociais; e o relacionamento com os pares, com especial atenção ao relacionamento com pares delinquentes.

Com toda a ambiguidade existente relativa ao conceito de delinquência, será importante referir que, no âmbito deste trabalho, a delinquência encontra-se associada em critérios jurídico-legais, entendendo-se o delinquente como um indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais. Assim, a delinquência baseia-se sobretudo num contacto oficial com a justiça (Negreiros, 2008).

2. A Família como fator explicativo do comportamento delinquente

Os pais, a nível social têm a responsabilidade formal pela educação das crianças. Estes encontram-se numa posição de relevo pela partilha de espaços e tempos, na monitorização dos comportamentos, através da influência na aquisição de padrões sociais e valores e formação da identidade do jovem.

A ênfase na família como fator associado à delinquência deve-se à convicção de que a delinquência é produto da sua incapacidade, e de outras estruturas de socialização acarretarem, em muitos casos, a bom termo as responsabilidades e os deveres que socialmente lhes competem realizar. “A delinquência é vista como uma falta de controlo, uma demissão do mundo adulto das suas responsabilidades em relação às gerações mais novas. A falta de acompanhamento e de supervisão ao longo do desenvolvimento infantil e juvenil justifica o aparecimento de comportamentos que muito se afastam daqueles que aos nossos olhos exprimem o conceito ideal de infância e de juventude” (Ferreira, 1997 p. 913).

O funcionamento adequado da família ajuda a inibir os impulsos desviantes, limitando as probabilidades de os comportamentos delinquentes ocorrerem. Quando a estrutura *família* se dissolve ou se altera, a família perde a capacidade de supervisionar os comportamentos dos filhos, aumentando a probabilidade da delinquência (Ferreira, 1997).

Os estudos nos quais a família é considerada como fator explicativo da delinquência iniciaram-se nos finais do século XIX, embora com pouca aderência por parte dos investigadores. Foi com a publicação de Hirschi, em 1969, que a pesquisa nesta área evoluiu. Nos anos 80, vários investigadores realçavam a existência de

múltiplos fatores familiares que influenciam a delinquência, tendo como principais alvos de estudo variáveis como as características particulares dos pais, os conflitos familiares, o fraco relacionamento entre pais e filhos, a falta de supervisão e controlo das atividades dos filhos, dificuldades socioeconómicas, falta de supervisão parental, o tamanho da família, o abuso psicológico, as famílias disruptivas, os conflitos parentais, a violência familiar ou a influência negativa dos irmãos e das áreas de residência (Farrington, 2005; Rutter, Giller & Hagell, 1998; Seydlitz & Jenkins, 1998; Yoshikawa, 1995).

Estudos longitudinais (Matos, Negreiros, Simões e Gaspar, 2009; Claes, Lacourse, Bailey & Smith., 2005) referem e documentam variáveis ligadas ao contexto familiar que se encontram associadas a comportamentos antissociais da criança, como uma inadequada dinâmica familiar causada por práticas parentais pobres, tais como a falta de supervisão parental, permissividade nas regras, práticas de disciplina inconsistente, vínculos fracos, deficiente capacidade de estabelecimento de limites nas interações pais/filhos são considerados como fatores de risco para o comportamento delinquente. É ainda reconhecido na literatura que os jovens provenientes de famílias desestruturadas ou com pobres práticas disciplinares têm uma probabilidade quatro vezes maior de se envolverem em comportamentos de risco, comparativamente com jovens provenientes de famílias estruturadas (Hoeve, Blokland, Dubas, Loeber, Gerris & Vander Laan, 2007).

Gullota, Adams e Montemayor (1998), verificaram, em primeiro lugar, que uma ligação positiva e próxima com os pais reduz a delinquência, isto é, quanto mais proximidade houver na ligação, menor a probabilidade de o adolescente se tornar delinquente. Em segundo lugar, consideraram que a comunicação entre pais e filhos diminui a delinquência. Em terceiro, a supervisão exercida pelos pais é referida como fator de relevo, sendo, também, esta mais importante do que a punição por si só, mesmo que esta seja consistente e apropriada. Em quarto lugar, são referidos os conflitos familiares, abusos e negligência como fatores que produzem aumento na delinquência.

A literatura tem ainda evidenciado a existência de uma relação entre uma ligação marital instável e a delinquência. Em que, um ambiente de discórdia familiar traduzido como stressante, frio, com limites fracos de interação, encontra-se fortemente relacionado com uma alta probabilidade de incidentes de delinquência em crianças envolvidas neste tipo de sistema familiar (Martins, 2005).

3. A teoria da Vinculação

John Bowlby e Mary Ainsworth são os nomes eloquentes associados à teoria da vinculação. Para estes autores a vinculação define-se como um laço afetivo que uma pessoa forma com outra, que os une e que perdura no tempo (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1979), visto como uma fonte de segurança e que fornece uma base segura, a partir da qual, o indivíduo explora o mundo (Bowlby, 1979, 1988).

Segundo Fonseca (2002), para que o desenvolvimento da criança seja saudável é necessário e fundamental uma vinculação bem estabelecida com os seus progenitores. Quando os filhos desenvolvem laços vinculativos positivos com os seus pais aceitam, mais facilmente, as normas e regras sociais. Contrariamente, quando as ligações afetivas são fracas, o jovem tende a procurar suporte e orientação junto dos colegas (Kandel, Kessler & Margulies, 1978; Steinberg, 1987, cit. in Fonseca, 2002). Por seu lado, Bowlby, nos seus estudos refere-se às crianças privadas de cuidados maternos como sendo jovens “vazios de afeto”, os quais eram caracterizados como crianças institucionalizadas que se tornavam adultos superficiais e frios nos seus relacionamentos, com níveis elevados de hostilidade e tendências antissociais (Soares, 2007).

A figura de vinculação serve de base segura, permitindo que a criança explore o mundo que a rodeia, levando-a a desenvolver determinadas expectativas através das experiências repetidas com a figura de vinculação. Deste modo, a criança desenvolve representações mentais do self, da figura de vinculação e do mundo. Estas representações - *modelos internos de vinculação* - permitem que a criança selecione o comportamento de vinculação mais adaptativo, com base na antecipação da resposta parental (Bowlby, 1973; Cassidy, 1988, 1999).

Os padrões de vinculação têm sido categorizados como *seguros* e *inseguros*, em que cada um deles poderá ser *evitante* ou *ambivalente*. Uma relação de vinculação é considerada *segura* quando a criança possui confiança na figura de vinculação, encarando-a como uma fonte de segurança e conforto em situações de necessidade. As crianças com uma vinculação segura acreditam na sensibilidade dos seus cuidadores tornando-se assim, crianças confiantes nas suas próprias interações com o ambiente. Ao nível comportamental, exibem poucos comportamentos de vinculação quando não existe perigo, mas quando este é percecionado poderão dirigir comportamentos de

vinculação de modo a serem reconfortadas (Ainsworth, 1979; Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 1999).

Por outro lado, crianças com uma vinculação insegura possuem dúvidas em relação à disponibilidade dos cuidadores, receando que estes não respondam ou reajam de uma forma ineficaz às suas necessidades, podendo demonstrar raiva em relação aos cuidadores pela sua falta de responsividade. A experiência repetida ao nível da não responsividade dos cuidadores origina a que a criança seja incapaz de dirigir comportamentos de vinculação nas situações adequadas. Por outro lado, estas crianças não se sentem capazes de explorar o ambiente e, por isso, têm menos confiança em si próprias e no ambiente que as rodeia (Ainsworth, 1979; Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 1999).

A vinculação aos pais, mais do que afetividade, inclui supervisão e envolvimento parental nas atividades dos filhos (Le Blanc & Caplan, 1993 cit. in Fonseca, 2002). Só assim os pais poderão desempenhar um papel importante na regulação da conduta de um adolescente (Hirschi, 1969, cit. in Martinho, 2010).

3.1. Vinculação na adolescência

A população-alvo do estudo aqui apresentado é o adolescente, por esse motivo considera-se pertinente abordar as mudanças cognitivo-emocionais ao longo do período desenvolvimental.

A adolescência é uma fase desenvolvimental onde ocorre uma multiplicidade de mudanças na vida dos indivíduos, uma vez que representa um período de transição entre a vinculação da infância (estabelecida com as figuras parentais) e a vinculação adulta (estabelecida com figuras exteriores ao contexto familiar). De acordo com Ainsworth (1989), as mudanças que acontecem no processo de vinculação aquando da adolescência devem-se não apenas à experiência sócio-emocional deste período desenvolvimental, mas às mudanças que ocorrem ao nível cognitivo, hormonal e neurofisiológico. Este período de grandes transformações possibilita ao sujeito, que na infância carecia de receber os cuidados de outros significativos, possa agora constituir-se como uma figura significativa para outro.

À medida que o sujeito vai crescendo ele procura uma maior autonomia e independência relativamente à família, onde as interações com os pares assumem uma nova importância e passam a funcionar como uma relação de vinculação. Deste modo, “a vinculação passa a constituir uma das dimensões das relações que o adolescente estabelece com outras figuras, para além dos pais” (Soares, 1996, p.47). A interação com os outros significativos vai permitir um alargamento das figuras de vinculação, sendo as funções vinculativas progressivamente transferidas das figuras parentais para o grupo de pares e/ou para o companheiro amoroso. Isto significa que as relações com os pares e/ou com o parceiro amoroso passam a ser concebidas como uma fonte de conforto e apoio psicológico bastante valorizado pelo jovem, que desejam a companhia e a presença dos outros significativos, e que manifestam ansiedade pela separação ou ausência.

O desenvolvimento da vinculação na adolescência parece mover-se da dependência das figuras de vinculação existente no período da infância, para uma autonomia perante essas figuras no período da adolescência. No entanto, a investigação tem sugerido que a autonomia na adolescência é mais facilmente estabelecida, não à custa das relações de vinculação com os pais, mas num contexto de relações seguras que tendem a permanecer para além da adolescência (Soares, 2007).

Kim, Conger, Lorenz e Elder (2001) concluíram, através de um estudo longitudinal, que a reciprocidade de emoções negativas entre pais e filhos na adolescência faz com que os filhos tendam a integrar emoções negativas e conflitos nas suas relações sociais enquanto jovens adultos, o que comprova a relevância da compreensão das relações com a família de origem na explicação de algumas variáveis comportamentais na idade adulta.

Deste modo, podemos concluir afirmando que durante o período da adolescência podem ser destacadas duas transformações ao nível das relações de vinculação: por um lado, temos a natureza recíproca das relações em que cada elemento da díade se pode constituir como figura de vinculação ao outro, e, por outro lado, a principal figura de vinculação deixa de ser um dos progenitores passando a ser o companheiro amoroso.

3.2. O modelo bidimensional de Bartholomew de avaliação da vinculação

Bartholomew, na formulação do seu quadro conceptual, baseia-se no conceito de modelos internos dinâmicos de Bowlby segundo os quais, as experiências de vinculação da infância são internalizadas em modelos internos dinâmicos que reúnem expectativas relativas a si próprio e aos outros (Bowlby, 1978). Bartholomew dicotomizou estas duas dimensões do *self* e do *outro* em positivo e negativo, formulando um modelo constituído por quatro protótipos de vinculação. Assim, os modelos internos do *self* podem ser positivos (o *self* como merecedor de amor e apoio) ou negativos (o *self* como não merecedor de amor ou apoio), bem como, os modelos internos dos outros podem ser positivos (os outros são responsivos e confiáveis) ou negativos (os outros são rejeitantes e indisponíveis). Do cruzamento destes dois tipos de modelos, surgem quatro protótipos de vinculação: o seguro, o preocupado, o amedrontado e o desinvestido (Bartholomew, 1990).

O *estilo de vinculação seguro* indica a presença de um modelo positivo de si próprio e do outro. O indivíduo sente ter valor e ser merecedor de amor, percebendo o outro como acessível e responsivo. Estes indivíduos possuem a capacidade de desenvolver relações de intimidade com o outro, sentindo-se confortáveis com elas, direcionando-se para a procura de proximidade nas suas relações, não dependendo no entanto apenas de uma figura. Tendem a avaliar os acontecimentos passados e presentes enquanto oportunidades de crescente aprendizagem.

O *estilo de vinculação preocupado* caracteriza-se por um modelo negativo de si próprio e um modelo positivo do outro, denotando uma baixa autoconfiança. São indivíduos que buscam constantemente a atenção, aprovação e valorização por parte dos outros, só se sentindo confortáveis quando a obtêm.

O *estilo de vinculação desinvestido* combina um modelo positivo de si com um modelo negativo do outro. São indivíduos que privilegiam a sua independência evitando, deste modo, relações de intimidade. Assim, as suas relações caracterizam-se por baixo envolvimento e proximidade emocional. Mostram-se, aparentemente, indiferentes à avaliação dos outros, embora considerem que os outros têm uma imagem negativa de si, apresentando todavia uma autoconfiança moderada ou elevada. As estratégias de resolução de problemas apresentadas por estes sujeitos são caracterizadas pela resistência e evitamento.

Por último, o *estilo de vinculação amedrontado* qualifica-se por um modelo negativo de si próprio associado a um modelo negativo do outro, demonstrando um sentimento pessoal de desvalorização, e avaliação do outro como não confiáveis e rejeitantes. São indivíduos inseguros e vulneráveis, concebendo a representação que os outros têm de si como negativa e desvalorizante. As relações de proximidade estabelecidas começam, de modo geral, por iniciativa do outro, e apenas quando têm a certeza de que não serão rejeitados.

O posicionamento dos sujeitos num dos estilos de vinculação diz respeito a um espaço temporal e um contexto específico, podendo, o mesmo indivíduo, integrar vários padrões em simultâneo ao longo de um contexto relacional (Mota, 2008).

3.3. A teoria da Vinculação como um dos fatores explicativos da delinquência

No que diz respeito ao desenvolvimento de problemas de comportamento, nomeadamente comportamentos agressivos nas crianças com idades pré-escolares, tem-se comprovado uma maior facilidade, por parte de crianças com vinculação insegura, em estabelecer relações disfuncionais com os seus pares. Por sua vez, o padrão de vinculação desorganizado, é apontado como particularmente significativo no desenvolvimento de problemas de comportamento na infância e na adolescência.

John Bowlby (1944) foi um dos primeiros autores a identificar a existência de uma relação significativa entre comportamentos antissociais e padrões de vinculação. No seu estudo destaca um padrão relacional de risco caracterizado por relações sem afeto, desligadas e com prolongadas separações precoces entre a criança pequena e a mãe, identificando as experiências de separação na infância e o seu carácter não afetivo como fatores etiológicos importantes (van IJzendoorn, 2002).

Shaw e Vondra (1995) num estudo longitudinal com 100 díades mãe-bebé verificaram que a vinculação insegura relaciona-se com problemas de comportamento posteriores. Por seu lado, Muderrisoglu (1999 cit. in Pacheco e col., 2002) ao estudar o adulto com comportamentos antissociais, constatou que os indivíduos seguros, em comparação com indivíduos inseguros, revelam valores mais baixos de stress, usam estratégias defensivas mais adequadas e são menos impulsivos, manifestando reações emocionais menos intensas.

Marcus e Betzer (1996), num estudo sobre relação entre vinculação (ao pai) e comportamentos antissociais, confirmaram a existência de uma relação negativa entre comportamento antissocial e vinculação segura. Estes autores indicam que a presença de uma vinculação segura aos pais e uma vinculação segura aos amigos pode constituir um fator de proteção no caso do início do envolvimento em comportamentos delinquentes. Por seu lado, Mawson (1980, cit. in van IJzandorn, 2002) afirma que a violência interpessoal séria pode ser considerada uma consequência accidental da vinculação insegura.

Os jovens adolescentes classificados como inseguros-preocupados encaram a autonomia como um problema. Os comportamentos destes adolescentes refletem a sua ansiedade e frustração e, embora de modo disfuncional, contribuam para manter uma maior intensidade em relação aos pais (Allen et al., 2002, cit. in Machado, 2004). Os jovens com um estilo de vinculação seguras terão menos tendência para chamar a atenção e a proximidade dos pais, nomeadamente através de problemas de comportamento, do que as crianças inseguras, que poderão sentir-se rejeitadas (Greenberg & Speltz, 1988, cit. in van IJzendoorn, 2002). IJzendoorn (2002) refere ainda que, crianças caracterizadas por um estilo de vinculação de Insegurança-Evitamento, onde predomina um estilo parental marcado pela rejeição e a intrusão, tendem a reproduzir o comportamento dos pais a que estiveram expostas, através de comportamentos antissociais.

Apesar destas evidências científicas, não se sustenta que a vinculação tenha efeitos diretos no desenvolvimento de problemas de comportamento, mas defende-se que a vinculação insegura constitui um fator de risco, e que a acumulação dos fatores de risco potencia a manifestação de problemas de comportamento, nomeadamente as condutas antissociais (Machado, 2004).

4. Estilos educativos parentais

O estilo parental é definido por Wood, McLeod, Sigman, Hwang e Chu (2003) como um conjunto de atitudes, metas, modelos parentais e práticas educativas utilizadas pelos pais como estratégias para promover a socialização dos filhos. Deste modo, o estilo parental seria capaz de influenciar o desenvolvimento das competências sociais e

cognitivas, tendo em conta o que cada estilo educativo propõe em termos de valores, comportamentos e normas.

Os estudos de Baldwin, Kahlhorn e Breese (1945, 1949 cit. in Martinho, 2010), foram considerados os estudos pioneiros nesta área. Estes autores distinguiram três tipos de pais: (1) os pais rejeitados, subdivididos em pais ativamente rejeitadores e pais indiferentes; (2) os pais casualmente autocráticos e casualmente indulgentes; (3) pais aceitadores, subdivididos em pais aceitadores democráticos, aceitadores indulgentes, e aceitadores democrático-indulgentes.

Schaefer (1959) nos seus estudos caracteriza as práticas educativas como possuindo duas dimensões: amor-hostilidade e autonomia-controlo. Estas dimensões foram adotadas por outros autores que lhes atribuíram outras designações, como por exemplo aceitação *versus* rejeição, proteção-abandono, afeição-frieza, confiança-desconfiança (Symonds, 1939; Becker et al., 1965 cit. in Martinho, 2010).

Para Oliveira (1994), ao serem consideradas as dimensões do modelo de Schaefer (autonomia *versus* controlo e amor *versus* hostilidade) obtém-se, fundamentalmente, quatro estilos educativos: o democrático (na conjugação da autonomia com o amor), indulgente, permissivo ou protecionista (se articularmos o controlo com o amor), autoritário (se unirmos a autonomia com a hostilidade). Este modelo assemelha-se com o de Baumrind (1973, 1983, cit. in Martinho, 2010), autor que impulsionou o estudo dos estilos parentais, ao integrar quer os aspetos comportamentais, quer os afetivos envolvidos na educação dos filhos (Ferros, 2006). Para Baumrind existem quatro estilos parentais: o estilo parental autoritativo, o autoritário, o permissivo e o negligente.

O *estilo parental autoritativo* refere-se a pais apoiantes, que combinam controlo e afeto eficazmente, apresentam uma elevada responsividade e exigência, ao mesmo tempo que encorajam a autonomia da criança/adolescente. Dirigem as ações dos filhos de forma racional e orientada para o resultado, com a intenção de favorecer a internalização das normas parentais. Os jovens que crescem neste ambiente tendem a ser mais competentes, maduros, são socialmente mais adequados, mais independentes e assertivos, são cooperantes com os pais e possuem uma maior autoestima.

O *estilo parental permissivo* caracteriza-se por altos níveis de afeto e baixos níveis de controlo e exigência, considerando-se, deste modo, a prevalência de uma educação parental não punitiva. No entanto, os pais mais permissivos, quando perdem o controlo de determinada situação, tendem a tornar-se violentos. Estes pais permissivos,

mais ao menos calorosos, pouco exigentes, podem provocar nos filhos falta de autocontrolo e de autoconfiança, levando-os a sentir-se demasiado dependentes e desprotegidos (Baumrind, 1973, 1983 cit. in Oliveira, 1994).

O *estilo parental autoritário* integra pais muito exigentes e pouco responsivos, que exercem grande controlo sobre a criança, manifestando pouco afeto e incapacidade de comunicar com clareza. Rege-se, assim, pelo princípio da obediência e favorece a prática de medidas punitivas. O diálogo é desencorajado e insistem em inibir qualquer tentativa de autonomização por parte da criança. As crianças tendem a torna-se mais hostis e/ou tímidos na relação com os seus pares, são extremamente dependentes dos seus pais e pouco orientados para o sucesso. Os castigos são automáticos quando a norma é infringida ou quando há tentativas de independência ou rebelião. Estes pais controladores, pouco calorosos e muito punitivos tendem a produzir filhos descontentes, inseguros, submissos ou revoltados (Baumrind, 1973, 1983 cit. in Oliveira, 1994).

O *estilo parental negligente* engloba pais com baixa responsividade e exigência, que não exercem adequadamente práticas de monitorização, supervisão ou apoio emocional à criança. Enquanto figuras parentais caracterizam-se pela frieza, inacessibilidade, indiferença e egocentricidade. Tendem a utilizar castigos e pressões de modo a evitar que o filho os perturbe. Os filhos, por seu lado, demonstram sentimentos de frustração, são inseguros e desorientados, o que facilmente os atrai para o exercício de práticas delinquentes (Baumrind, 1973, 1983 cit. in Oliveira, 1994).

A relação causal entre o comportamento dos pais e a personalidade dos filhos tem sido a origem de tema de vários estudos. Oliveira (1994) afirma que os filhos de pais mais tolerantes e democráticos demonstram ser mais ativos, criativos, menos conformistas e livres. Por outro lado, os filhos de pais mais exigentes e ameaçadores tendem a manifestar maior hostilidade, medo e descontentamento, enquanto os filhos de pais protecionistas e ansiosos demonstram possuir menos recursos psíquicos, e mais insegurança e ansiedade.

Subjacente à ideia de autoridade e de regras, Lautrey (1989, cit. in Martinho, 2010) salienta a estruturação familiar como uma componente importante na estruturação da personalidade das crianças, afirmando que existem três possibilidades: (1) ausência de estruturação, pela inexistência de regras; (2) estruturação rígida, caracterizada por regras estabelecidas unilateralmente e exigência do seu cumprimento; (3) estruturação flexível, caracterizado pela flexibilidade na fixação e cumprimento das regras. Desta estruturação familiar dependem as práticas educativas: na ausência de estruturação

rígida a educação forma-se de autoritarismo e na estruturação flexível a norma educativa é democrática ou autoritativa-recíproca. Todavia, não se trata de uma relação estritamente de causa-efeito.

4.1. Educação parental e comportamentos antissociais

A família assume um papel primordial no desenvolvimento global do jovem. Como tal, torna-se indiscutível a sua influência no desenvolvimento de comportamentos antissociais. Já em 1969, Hirshi afirmava que um controlo parental mais eficaz seria uma componente essencial do laço encaminha a criança a ser um membro da sociedade e, deste modo, a afastar-se da prática de comportamentos delinquentes. Com a teoria do controlo, Hirshi (1969) realça o valor do vínculo existente entre pais e filhos enquanto principal fator na prática de comportamentos antissociais por parte dos filhos. Uma rutura do vínculo existente poderá conduzir a criança a sentir uma fraca identificação com os valores familiares e sociais, podendo até resultar na falta de autocontrolo interno e, conseqüentemente, a tendência de manifestar possíveis comportamentos antissociais (Matos et. al, 2008 cit. in Martinho, 2010). No mesmo sentido, na investigação desenvolvida por Buehler (2006), ressaltou que o controlo parental quando inadequado facilita o envolvimento dos jovens nas práticas delinquentes. Por seu lado, vários estudos têm vindo a demonstrar que uma disciplina parental pouco firme ou rígida relaciona-se com o aumento do comportamento antissocial em crianças e adolescentes (Baldry & Farrington, 1998; DiLalla, Mitchell, Arthur & Pagliocca, 1988; Pagani, Tremblay, Vitaro; Kerr & McDuff, 1988; Patterson, Reid & Dishion, 1999, cit. in Matos, 2004). Neste sentido, a agressão na criança surge associada à permissividade dos pais (Patterson et al., 1992, cit. in Martinho, 2010), a níveis elevados de coerção materna e baixos níveis de cuidados maternos.

Farrington (1992) por seu lado constatou que, na base das práticas delinquentes, encontra-se uma fraca vigilância por parte dos pais, assim como uma disciplina errática ou demasiado rigorosa. Por outro lado, as práticas educativas negativas estão, segundo Gomide (2004), correlacionadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial em crianças e adolescentes.

Estudos retrospectivos e longitudinais constataram que as famílias de adolescentes agressivos são menos calorosas, apresentam mais conflitos e demonstram

poucas capacidades de comunicação e que, para além disso, os pais desses jovens recorrem menos a práticas parentais de monitorização e supervisão e aplicam práticas disciplinares severas e inconsistentes que tendem a modelar comportamentos inadequados (Capaldi & Patterson, 1996, cit. in Loeber & Farrington, 1998). Como por exemplo o recurso a práticas coercivas, que incluem a aplicação de ameaça de uso direto da força, a coação, punição verbal e privação de privilégios (McCord, 1997, cit. in Repold, Pacheco, Bardagi & Hurtz, 2002).

Baldry e Farrington (2000) concluíram que os adolescentes com comportamentos antissociais tendem para o autoritarismo e/ou para o baixo apoio parental, sendo as relações entre pais e filhos conflituosas.

Capítulo II
Metodologia

O presente estudo empírico procura compreender e analisar os padrões de vinculação e os estilos de educação parental de dois grupos de jovens. O primeiro grupo é constituído por jovens institucionalizados em Centro Educativo, e o segundo por jovens estudantes que apesar de apresentarem comportamentos delinquentes nunca tiveram contacto com o sistema de Justiça.

Neste capítulo, apresentar-se-á uma definição dos objetivos e hipóteses de investigação, uma descrição da amostra do estudo apresentado, as características dos sujeitos que compõem os dois grupos, características dos instrumentos utilizados, descrição do processo de recolha de dados e ainda os procedimentos estatísticos utilizados para a obtenção dos dados. A parte final do capítulo é dedicada à apresentação e interpretação dos resultados obtidos, seguida da discussão dos mesmos, procurando justificar as conclusões obtidas. O capítulo termina com a apresentação de uma conclusão onde se pretende salientar os principais contributos do estudo empírico realizado.

1. Objetivos e Hipóteses de Investigação

Tendo em conta a literatura analisada e aqui sumariada, e acima de tudo, devido à escassez da investigação conduzida em Portugal acerca desta temática, esta investigação torna-se pertinente não só para produzir mais e melhor conhecimento acerca das características da educação parental usada no meio familiar destes jovens, assim como acerca da qualidade da relação entre o jovem e os seus progenitores, nomeadamente ao nível da vinculação. A investigação nesta área permitirá, futuramente, realizar e/ou melhorar intervenções existentes com vista a ajudar estes jovens delinquentes.

Assim, este estudo tem como objetivo principal comparar as perceções dos estilos de vinculação e de educação parental entre jovens delinquentes institucionalizados e jovens que, apesar de apresentarem comportamentos anti-sociais, nunca tiveram contacto com a justiça-

As hipóteses de investigação avançadas no presente estudo são:

i) Os jovens institucionalizados em Centro Educativo apresentam uma menor inibição da exploração e da individualidade do que os jovens não institucionalizados.

ii) Os jovens institucionalizados em Centro Educativo apresentam uma menor ansiedade de separação e dependência, do que os jovens não institucionalizados.

iii) Os jovens institucionalizados em Centro Educativo apresentam uma menor qualidade do laço emocional, do que os jovens não institucionalizados.

iv) Os jovens institucionalizados em Centro Educativo percebem as práticas educativas parentais como possuidoras de índices de responsividade reduzidos, do que os jovens não institucionalizados.

v) Os jovens institucionalizados em Centro Educativo percebem as práticas educativas parentais como possuidores de índices reduzidos de supervisão, do que os jovens não institucionalizados.

vi) Os jovens institucionalizados em Centro Educativo percebem a educação parental dos seus pais como mais autoritária e negligente, do que os jovens não institucionalizados.

2. Método

2.1. Amostra

A amostra selecionada para a realização do estudo aqui apresentado, é constituída por 81 jovens, todos eles do sexo masculino institucionalizados em Centro Educativo (CE), e estudantes de duas Escolas EB2/3 e secundária.

Os jovens inquiridos têm idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos ($M = 16.72$; $DP = 1.040$), pertencentes a duas instituições distintas, permitindo, a constituição dos dois grupos que sustentarão toda a análise dos dados. O critério utilizado para diferenciar os grupos relaciona-se com o fato de os participantes se encontrarem, ou não, a cumprir medida de internamento em Centro Educativo devido à prática de atos classificados pela Lei como crime.

O Grupo de jovens institucionalizados em CE é constituído por 31 jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos ($M = 16.28$; $DP =$

1.170), a cumprir medida de internamento (em regime semiaberto ou fechado), no Centro Educativo de Santo António, na cidade do Porto. A participação destes sujeitos na investigação resulta do fato de estes jovens apresentarem características adequadas ao estudo da delinquência.

Estes jovens frequentam, na sua maioria, o 9º ano de escolaridade (46.8%). No entanto, uma alta percentagem (53,2%) apresenta elevados índices de insucesso escolar, encontrando-se 25% a frequentar o 5º Ano; 9.4% o 6º Ano; 9.4% o 7º Ano; e 9.4% o 8º Ano.

A nível familiar, os dados obtidos indicam que a maioria dos sujeitos vive com ambos os pais (59.4%), encontrando-se 25% a viver apenas com uma das figuras parentais. Os dados salientam ainda a existência de famílias reconstruídas, em que o sujeito vive com um dos pais e com o padrasto/madrasta (9.4%) e, ainda, 6.1% a residir com outros familiares. No que diz respeito à constituição da família, os jovens inquiridos inserem-se em agregados constituídos por mais de 4 pessoas (50%), existindo casos em que os agregados contabilizam o total de 10 e 11 pessoas. No entanto, a outra metade da amostra recolhida refere que se insere num agregado constituído por 3 ou menos elementos.

Analisando as figuras parentais, ou substitutos, os dados indicam que, relativamente à figura do pai, a maioria (87,5%) possui formação académica inferior ao 9º Ano de escolaridade e, 12.5% tem formação superior ao 9º Ano de escolaridade. Porém, os dados referem ainda a inexistência de pais com formação académica superior. Este panorama é idêntico para a figura da mãe, em que 82% possuem formação inferior ao 9º Ano de escolaridade e, somente 6.3% tem formação superior ao 9º Ano.

Por sua vez, o Grupo dos jovens não institucionalizados é constituído por 50 jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos ($M = 17.00$; $SD = .842$), estudantes do 3º Ciclo e do Ensino Secundário, pertencentes à Escola EB 2/3 Professor Óscar Lopes e à Escola Secundária do Castelo da Maia, respetivamente. Estes jovens, de modo geral possuem graus académicos mais elevados, em que 28.6% frequenta o 9º Ano; 34.7% o 10º Ano, 10.2% o 11ª Ano e 18.4% o 12º Ano.

A nível familiar, a maioria dos sujeitos vivem com ambos os pais (81.6%), e apenas 2% vive em famílias reconstruídas, em que vivem com um dos progenitores e o padrasto/madrasta. Em 4.1% dos casos, os jovens vivem com outros familiares.

Verifica-se que em 77.5% da amostra a constituição dos seus agregados é de 4 ou menos elementos.

No que diz respeito à formação escolar dos pais destes jovens, são observáveis níveis de escolaridade mais elevados que no grupo de sujeitos anterior. Assim, 16,3% dos progenitores do sexo masculino possuem formação superior ao 9º Ano de escolaridade, dos quais 2% dizem respeito a cursos superiores. No que diz respeito à mãe, assim como no primeiro grupo, nenhuma possui formação de nível superior. Deste modo, 87.8% tem formação escolar inferior ao 9º ano e 12.2% tem formação superior ao 9º Ano de escolaridade.

2.2. Instrumentos

Após a definição das variáveis em estudo, houve uma escolha cuidada dos instrumentos, sendo no final, o protocolo utilizado, composto por um questionário sociodemográfico, o Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (Matos & Costa, 2001), o Questionário de estilos educativos parentais (Ducharme, Cruz, Marinho e Grande, 2006), e um inquérito de delinquência autorrevelada (cf. Anexo 1).

O questionário sociodemográfico é composto por informações relativas à idade do jovem, data de nascimento, sexo, escolaridade, com quem vive, e o número de pessoas que constituem o seu agregado familiar e, ainda, informações referentes aos seus educadores (pai/mãe ou respetivos substitutos), nomeadamente a idade e a escolaridade de cada um.

O inquérito de delinquência auto-revelada é constituído por catorze questões de delinquência autorrevelada, seleccionadas e retiradas do questionário internacional de delinquência autorrevelada, construído por uma equipa do Ministério de Justiça Holandês, em 1992, para fins comparativos da delinquência em vários países. Este questionário internacional foi aferido e adaptado pelo Observatório Permanente de Segurança do Porto, em 1999, por Agra, Marques-Teixeira, Fonseca e Quintas. A grande extensão do questionário obrigou à seleção das questões, feita de forma a abranger os aspetos gerais do comportamento desviante, nomeadamente, comportamentos delinquentes ao longo da vida.

Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe

O Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM, Matos & Costa, 2001) é um questionário de auto relato construído para medir as percepções dos jovens adultos acerca das relações de vinculação parental, construído com base nas contribuições teóricas e conceptuais de Bowlby e Ainsworth e no modelo de avaliação da vinculação de Bartholomew. É composto por 30 itens que se dividem em três subescalas, sendo elas a *Inibição da Exploração e Individualidade*, a *Qualidade do Laço Emocional* e a *Ansiedade de Separação*, sendo cada uma das escalas constituídas por 10 itens. A resposta é realizada numa escala de Likert de 6 pontos desde o discordo totalmente (1) até ao concordo totalmente (6). Relativamente às qualidades psicométricas do instrumento, este tem revelado índices adequados de consistência interna para as três dimensões (Matos & Costa, 2004).

Questionário de estilos educativos parentais

Para avaliar as práticas parentais utilizou-se o Questionário de estilos educativos parentais (QEEP), traduzido e adaptado à população portuguesa por Ducharne, Cruz, Marinho e Grande (2006) a partir do questionário *Parenting Scales* de Lamborn e colaboradores (1991). Este questionário permite avaliar as percepções que os adolescentes têm das práticas educativas dos seus pais e identificar os quatro estilos educativos definidos por Baumrind: autorizado, negligente, autoritário ou permissivo (Barbosa-Ducharne et al., 2006).

É composto por 19 itens organizados em duas subescalas: responsividade parental e supervisão. Nos dez primeiros itens, o adolescente avalia o pai e a mãe separadamente, e nos restantes avalia os dois conjuntamente. Nos primeiros cinco itens calcula-se a média aritmética entre as respostas atribuídas ao pai e as atribuídas à mãe. Nos restantes efetua-se o somatório das cotações obtendo-se, assim, uma nota para cada dimensão (responsividade e supervisão).

A consistência interna destas subescalas apresenta valores razoáveis tal como é reportado por Ducharne e colaboradores (2006): $\alpha = 0.85$ e $\alpha = 0.81$ para a dimensão responsividade e para a dimensão supervisão, respectivamente.

2.3. Procedimento

De forma a tornar possível a utilização dos questionários, realizou-se um pedido formal aos responsáveis pela sua tradução e adaptação à população portuguesa.

No que respeita aos procedimentos de recolha de dados, o primeiro passo dado foi o contato informal, e posteriormente formalizando-se o pedido por carta com as instituições nas quais se pretendia administrar o instrumento. No caso das escolas, foi ainda enviado para os pais um documento informativo acerca do estudo que deveriam devolver, assinado, caso não permitissem que os seus educandos participassem no estudo. No caso do CE, não foi recolhida qualquer informação junto dos pais, ou substitutos, visto que os participantes desta instituição encontram-se, na sua maioria, afastados do seu local de residência habitual, o que dificulta o relacionamento entre a instituição e a família.

Uma vez obtidas as autorizações institucionais para as recolhas de dados, procedeu-se à recolha dos mesmos, processo esse realizado nas turmas, em que os jovens respondiam em conjunto. No caso das escolas o instrumento foi passado a todos os elementos das turmas, contudo, os dados referentes aos participantes femininos não foram utilizados neste estudo, de modo a termos amostras equivalentes nos dois locais onde o estudo foi conduzido. É ainda importante referir o fato de que no CE alguns jovens possuem dificuldades significativas de leitura e interpretação, tendo estes obtido ajuda, por parte do experimentador, de modo a responderem ao questionário de forma mais consciente e sem falhas de interpretação.

3. Análise dos Resultados

Os resultados obtidos serão analisados em duas secções, uma referente aos dados do Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe, e uma segunda referente aos dados do Questionário de Estilos Educativos Parentais, tendo-se utilizado, para ambos, o programa estatístico SPSS (Versão 18.0).

Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM)

Após inserção dos dados no SPSS, procedeu-se à cotação dos mesmos segundo os critérios utilizados pelas autoras responsáveis pela validação do instrumento à população portuguesa (Matos e Costa, 2001). Os dados obtidos permitem identificar as três dimensões associadas à vinculação aos pais (Matos e Costa, 2001), que foram analisadas separadamente, para cada um dos progenitores.

Analisando, primariamente, os dados relativos a cada uma das dimensões de toda a população, verifica-se a existência de valores médios mais elevados na dimensão Qualidade do Laço Emocional, para ambos os pais, do que nas dimensões restantes (Quadro 1). Verifica-se ainda valores médios mais elevados nas três dimensões em relação à mãe do que em relação ao pai.

Quadro 1. Resultados descritivos da dimensão avaliadas pelo QVPM.

		<i>Média</i>	<i>D-P</i>
<i>IEI</i>	<i>Mãe</i>	3.57	.88
	<i>Pai</i>	3.50	.92
<i>QLE</i>	<i>Mãe</i>	5.22	.84
	<i>Pai</i>	5.06	1.06
<i>ASD</i>	<i>Mãe</i>	4.17	.95
	<i>Pai</i>	4.03	1.06

De seguida, de modo a ir de encontro às hipóteses previamente levantadas, serão apresentados os resultados obtidos, nas três dimensões, pelos dois grupos estabelecidos para este estudo.

A primeira dimensão deste questionário diz respeito à inibição da exploração e individualidade, que nos permite avaliar a autonomia e a diferenciação relativamente ao progenitor. Nos dados referentes à mãe, podem ser observadas diferenças entre as médias obtidas pelos jovens institucionalizados em CE ($M = 3.32$, $DP = .73$) e os jovens não institucionalizados, que se encontram a frequentar o ensino regular ($M = 3.73$; $DP = .94$), sendo estas diferenças estatisticamente significativas ($t(74.3) = -2.18$, $p = .032$).

Tendo em conta a mesma dimensão, mas relativamente ao pai, não se encontraram diferenças significativas nas médias obtidas entre o grupo institucionalizado em CE ($M = 3.55$; $DP = .68$) e os jovens não institucionalizados ($M = 3.47$; $DP = 1.04$), onde $t(70.7) = .409$, $p = .68$ (Quadro 2 e 3).

Quadro 2. Resultados descritivos da dimensão Inibição da Exploração e Individualidade.

		<i>Média</i>	<i>D-P</i>
IEI	Centro	<i>Mãe*</i>	3.32
			.73
	Educativo	<i>Pai</i>	3.55
			.68
	Escola	<i>Mãe</i>	3.73
		<i>Pai</i>	.94
			3.47
			1.04

* $P < .05$

Os dados dizem ainda que os jovens institucionalizados em CE percecionam o pai como sendo mais inibidor, enquanto os jovens não institucionalizados consideram que é a mãe que assume esse papel.

Na segunda dimensão avaliada pelo QVPM, referente à qualidade do laço emocional entre os jovens e os seus progenitores, verifica-se que ambos os grupos aqui analisados percecionam a mãe como sendo a figura com a qual estabelecem uma melhor qualidade ao nível emocional. Verificou-se ainda que os jovens institucionalizados em CE percecionam mais positivamente a qualidade do laço emocional com ambos os pais, comparativamente com os jovens não institucionalizados.

Quadro 3. Resultados descritivos da dimensão Qualidade do Laço Emocional.

		<i>Média</i>	<i>D-P</i>
QLE	Centro	<i>Mãe</i>	5.38
			.93
	Educativo	<i>Pai</i>	5.20
			1.05
	Escola	<i>Mãe</i>	5.11
		<i>Pai</i>	.77
			4.97
			1.07

Relativamente à figura da mãe, os jovens institucionalizados em CE apresentam uma média de 5.38 e um desvio-padrão de .93; enquanto os jovens não institucionalizados apresentam uma média de 5.11 e um desvio-padrão de .77, não sendo estas diferenças estatisticamente significativas ($t(55.4) = 1.38, p = .17$). As diferenças entre as perceções dos jovens, nesta mesma dimensão em relação ao pai, também não apresentam diferenças significativas. Os jovens institucionalizados apresentam uma média de 5.20 e um desvio-padrão de 1.05, e os jovens não institucionalizados uma média de 4.97 e um desvio-padrão de 1.07. Deste modo, o teste t confirma a falta de significância entre os dados ($t(55.2) = .895, p = .38$) (Quadro 3).

Relativamente à última dimensão avaliada pelo QVPM, os jovens institucionalizados em CE demonstram valores mais elevados de ansiedade de separação e dependência, principalmente em relação à mãe. As diferenças entre os dois grupos não são estatisticamente significativas nem em relação à mãe ($t(60.5) = 1.04, p = .30$), nem em relação ao pai ($t(57.1) = 1.62, p = .11$). Os jovens institucionalizados em CE, em relação à mãe, apresentam uma média de 4.32 e um desvio padrão de .99, enquanto que, os jovens não institucionalizados apresentam uma média de 4.08 e um desvio-padrão de .92. Relativamente ao pai, o cenário repete-se. Os jovens institucionalizados em CE obtiveram uma média igual a 4.28 e um desvio-padrão de 1.01, enquanto os jovens não institucionalizados obtiveram uma média de 3.88 e um desvio-padrão de 1.07 (Quadro 4).

Quadro 4. Resultados descritivos da dimensão Ansiedade de Separação e Dependência.

			<i>Média</i>	<i>D-P</i>
QLE	Centro	<i>Mãe</i>	4.32	.99
		<i>Pai</i>	4.28	1.01
	Escola	<i>Mãe</i>	4.08	.92
		<i>Pai</i>	3.88	1.07

Questionário de Estilos Educativos Parentais

Após a inserção dos dados referentes a este questionário, procedeu-se à cotação do instrumento segundo os critérios definidos pelos autores (Ducharme, M., Cruz, O., Marinho, S., e Grande, C., 2006) de modo a identificar as duas dimensões avaliadas

pelo instrumento – Responsividade e Supervisão (Quadro 5). Com os resultados obtidos, observam-se valores ligeiramente mais elevados no que diz respeito à Supervisão ($M = 28,98$; $DP = 5,62$) comparativamente com os valores da Responsividade ($M = 28,26$; $DP = 3,85$). Indicando que, de modo geral, todos os jovens inquiridos percecionam a educação parental como possuindo mais práticas de Supervisão do que Responsividade.

Quadro 5. Resultados descritivos da dimensão Responsividade e Supervisão para toda a população.

	<i>N</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>D-P</i>
Responsividade	81	21.00	36.00	28.26	3.85
Supervisão	81	17.00	40.00	28.98	5.62

Posteriormente, de modo a observar a distribuição destas duas dimensões pelos dois grupos em análise, procedeu-se a uma análise descritiva dos dados correspondentes a cada grupo.

Quadro 6. Resultados descritivos relativos à dimensão Supervisão e Responsividade.

	<i>Centro Educativo</i> <i>Média (DP)</i> <i>n=32</i>	<i>Escola</i> <i>Média (DP)</i> <i>n=49</i>
Supervisão	30.21 (5.13)	28.16 (5.80)
Responsividade*	29.39 (4.21)	27.52 (3.44)

* $p < .05$

Ao nível da dimensão Supervisão, os resultados obtidos (Quadro 6) sugerem que os jovens institucionalizados em Centro Educativo percecionam os pais como

apresentando níveis mais elevados ($M = 30.21$; $DP = 5.13$), ou seja, recorrem mais vezes a práticas de supervisão, comparativamente com os jovens não institucionalizados ($M = 28.16$; $DP = 5.80$). Porém, através da utilização do teste t para amostras independentes, verificou-se que as diferenças existentes entre os dois grupos não são estatisticamente significativas ($t(72.13) = 1.67$, $p = .099$).

Ao nível da dimensão Responsividade, a análise descritiva sugere que os jovens institucionalizados em Centro Educativo percecionam os pais como sendo mais responsivos ($M = 29.39$; $DP = 4.21$) comparativamente com os jovens não institucionalizados ($M = 27.52$; $DP = 3.44$), tendo sido confirmado as diferenças significativas entre os grupos com o teste t ($t(57.02) = 2.09$, $p = .040$).

Tendo em vista a definição dos estilos educativos parentais, e seguindo o modelo proposto pelas autoras da validação para a população portuguesa, a amostra foi tripartida em cada uma das duas dimensões, de modo a definir-se um terço superior, um terço intermédio e um terço inferior. Para tal, os pontos de corte usados foram 26,00 e 29,50 na Responsividade, e 26,00 e 30,00 na Supervisão. Permitindo, deste modo, definir a baixa Responsividade e a baixa Supervisão (correspondente ao 1/3 inferior da amostra) e a alta Responsividade e alta Supervisão (correspondente ao 1/3 superior da amostra). A adoção do critério 1/3 como ponto de corte favorece a criação de grupos típicos de cada estilo educativo parental (Ducharme e colaboradores, 2006).

De modo a identificar os quatro estilos educativos analisaram-se as duas dimensões: Autorizados (alta Responsividade e alta Supervisão), Autoritários (baixa Responsividade e alta Supervisão), Negligentes (baixa Responsividade e baixa Supervisão) e Permissivos (alta Responsividade e baixa Supervisão).

A Quadro 7 indica a distribuição dos 35 participantes em função do padrão de estilo educativo, tendo-se procedido à exclusão dos sujeitos cujo estilo educativo foi considerado residual. Assim, da amostra inicial de 81 sujeitos apenas 35 se mostraram enquadráveis num estilo educativo. Como se pode observar no quadro 7, o estilo mais frequente na população do estudo é o Autorizado (40%), seguindo-se do Negligente (34.3%), tendo-se obtido percentagens próximas para os estilos Permissivo (14.3%) e Autoritário (11.4%).

Quadro 7: Frequência dos sujeitos em cada estilo educativo parental

	Autorizado	Autoritário	Negligente	Permissivo
Frequência	14	4	12	5
Percentagem	40.0	11.4	34.3	14.3
<i>Responsividade:</i>				
Média	33.07	23.75	23.08	30.70
Desvio Padrão	1,84	.957	1.68	1.09
<i>Supervisão</i>				
Média	35.42	36.50	22.50	22.60
Desvio Padrão	3.15	2.89	3.37	3.44

Posteriormente procedeu-se a uma análise dos padrões de estilo educativo para cada um dos grupos em separado. Atendendo aos jovens institucionalizados em Centro Educativo verifica-se a predominância do estilo autorizado (60%), seguindo-se o estilo Negligente (26,7%) e, com as mesmas percentagens, o estilo Autoritário e Permissivo (6,7%).

Quadro 8: Frequência dos sujeitos em Centro Educativo para cada estilo educativo parental.

Centro Educativo				
	Autorizado	Autoritário	Negligente	Permissivo
Frequência	9	1	4	1
Percentagem	60.0	6.7	26.7	6.7

No grupo de jovens não institucionalizados verificou-se, contrariamente ao grupo anterior, a predominância do estilo educativo Negligente (40%), seguindo-se o estilo Autorizado (25%), o Permissivo (20%), e por último, com menor percentagem, o estilo Autoritário (15%).

Quadro 9: Frequência dos sujeitos não institucionalizados para cada estilo educativo parental.

Escola EB2/3				
	Autorizado	Autoritário	Negligente	Permissivo
Frequência	5	3	8	4
Percentagem	25.0	15.0	40.0	20.0

4. Discussão dos Resultados

Encontrando-se este estudo focado em aspetos ligados à família e aos seus compositores, não se verificaram grandes diferenças ao nível dos grupos. Ao realizar a análise descritiva dos grupos verificaram-se várias semelhanças entre estes, relativamente à formação escolar dos pais e ainda relativamente aos índices, elevados, de famílias monoparentais e famílias reconstruídas. Ao nível dos comportamentos anti-sociais verificou-se que mesmo os participantes respeitantes à amostra recolhida nas escolas revelaram no inquérito de delinquência auto-revelada a prática de atos delinquentes. Deste modo, considera-se que a amostra, seleccionada por conveniência, não foi a mais favorável para a realização do estudo.

Seguindo o modelo utilizado na secção anterior, a discussão dos resultados será dividida em duas secções, de acordo com as duas temáticas abordadas e os instrumentos utilizados para as avaliar.

Na presente investigação começou-se por explorar a qualidade de vinculação dos jovens adultos ao pai e à mãe. Os resultados obtidos no estudo para cada uma das dimensões avaliadas pelo QVPM vão de encontro aos dados referentes à população masculina obtidos pelos autores responsáveis pela validação do instrumento para a população portuguesa (Matos, P., e Moura, O., 2008).

As hipóteses iniciais levantadas para este estudo, prendem-se com as três dimensões desse instrumento, porém os resultados obtidos não foram de encontro ao que era previamente esperado. A primeira hipótese levantada prendia-se com a dimensão *Inibição da Exploração e Individualidade* respeitante ao QVPM. Com a análise dos dados, foi possível identificar diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos relativamente à mãe, no entanto, no que diz respeito ao pai não foram

identificadas diferenças. A segunda e terceira hipóteses levantadas neste estudo referem-se às dimensões *Qualidade do Laço Emocional* e *Ansiedade de Separação e Dependência* que não foram confirmadas, não tendo sido encontradas diferenças entre os dois grupos identificados neste estudo.

De uma forma geral, os resultados obtidos parecem sugerir que os jovens institucionalizados não apresentam valores diferentes, no que diz respeito a estas dimensões características da vinculação aos pais, comparativamente com os jovens não institucionalizados.

Os resultados referentes às práticas parentais, avaliadas pelo QEEP, para a população deste estudo encontram-se de acordo com os dados obtidos pelos autores no estudo de validação do instrumento para a população portuguesa (Ducharme e colaboradores, 2006). Este instrumento serviu como base para a formulação da quarta e quinta hipóteses levantadas inicialmente que se prendiam com o fato de que os jovens institucionalizados em CE percecionavam as práticas educativas parentais como possuidoras de valores inferiores ao nível da supervisão e da responsividade, comparativamente com os jovens não institucionalizados. No entanto, tal não foi verificado. Os dados indicam que os jovens não institucionalizados percecionam as práticas educativas parentais com índices mais reduzidos de supervisão e responsividade que os jovens do CE, ou seja, consideram que os pais exercem menos controlo sobre o seu comportamento de modo a fazer cumprir os limites ditados pelas regras sociais e pelas normas morais, e ainda, que não possuem sensibilidade face aos seus interesses e às suas necessidades (Ducharme e colaboradores, 2006).

Ainda relativamente aos dados recolhidos com o QEEP procedeu-se à identificação dos estilos educativos parentais para a população do estudo, verificando-se a predominância do estilo *autorizado* e do estilo *negligente*. Na análise realizada aos dois grupos separadamente, verificaram-se diferenças significativas nos estilos educativos parentais percecionados pelos jovens de cada grupo. Os dados referentes aos jovens do CE indicam o estilos educativos parental *Autorizado* como o predominante, indicando que estes jovens percecionam os seus pais como apoiantes, que combinam o afeto eficazmente, apresentando uma elevada responsividade e exigência, proporcionando um ambiente propício para que os filhos tendam a ser mais competentes, maduros, socialmente mais adequados e assertivos. Por sua vez, os jovens não institucionalizados referem o estilo *negligente* como o predominante, indicando os

pais como possuidores de altos níveis de afeto e baixos níveis de controlo e exigência. São pais permissivos, mais ao menos calorosos e pouco exigentes.

Deste modo, a sexta hipótese levantada não se confirma. Inicialmente previa-se que os jovens institucionalizados em CE identificassem como estilos educativos predominantes o *autoritário* e/ou *negligente*, não se verificando. Os resultados obtidos assumem assim uma dimensão oposta à levantada por todos os estudos levados a cabo nesta área (e. g. Baldry e Farrington, 2000).

Numa tentativa de justificar os resultados obtidos, podemos apresentar como principal fonte de argumentação a homogeneidade dos grupos. A amostra recolhida, referente aos jovens não institucionalizados que frequentam o ensino regular não foi a mais adequada para o estudo, como já foi referido anteriormente. Para além das características enunciadas anteriormente, nomeadamente no que diz respeito à prática de comportamentos delinquentes, é ainda importante ressaltar que estes jovens provêm de zonas urbanas socialmente desfavorecidas, nomeadamente a amostra recolhida na escola EB 2/3 Professor Óscar Lopes que se insere num bairro social caracterizado com várias problemáticas.

Os resultados encontrados, apesar de não terem sido confirmados poderão servir como impulsionadores para investigações relativas à influência que a família, as suas características e relações estabelecidas entre os seus membros, assume no fenómeno da delinquência juvenil. É assim possível concluir que a questão dos estilos de vinculação e da educação parental, associados à delinquência, necessita de ser melhor explorada de forma exaustiva e em grande escala.

Conclusão

É inegável o interesse de diversos investigadores em estudar os comportamentos anti-sociais praticados por adolescentes. A pertinência das inúmeras investigações nesta área advém da crescente procura das causas e soluções para este que já se tornou um problema de todos nós. Neste sentido, a maioria dos investigadores postulam a influência familiar, nomeadamente a educação parental e a vinculação aos pais, enquanto fatores envolvidos no aparecimento das práticas anti-sociais.

Este estudo teve como principal objetivo avaliar a perceção dos jovens relativamente à qualidade da vinculação a cada uma das figuras parentais, assim como a perceção acerca da educação parental. Apesar de existirem vários estudos internacionais acerca desta temática, em Portugal, este estudo, assume-se como sendo de cariz exploratório, não existindo de momento muita investigação realizada no nosso país acerca desta temática.

Gostaríamos, para concluir a apresentação do estudo realizado, referir algumas limitações a este estudo. Primariamente, e como já foi referido anteriormente, os jovens não institucionalizados para comparação com jovens com os jovens institucionalizados não possuíam as características necessárias para a realização do estudo. Uma outra limitação prende-se com a falta de dados relativamente ao sexo feminino. A inexistência de dados neste estudo acerca do sexo feminino advém da dificuldade em recolher dados nos CE junto desta população, e ainda, devido ao número reduzido de jovens do sexo feminino a cumprir medida.

Por fim, a grande limitação da presente investigação diz respeito à utilização do método quantitativo que, apesar de permitir estabelecer facilmente estabelecer comparações entre vários grupos, não é de todo o mais indicado. Sendo a delinquência um fenómeno heterogéneo e complexo da realidade (Farrington, 1987; Fonseca, 2004; Matos et al., 2009; Negreiros, 2008), resultando de múltiplas influências biopsicossociais (Lösel, 2003), este poderá ser melhor explicado através da utilização conjunta de métodos quantitativos e qualitativos. Num estudo futuro, através do método qualitativo, seria pertinente perceber não só a perceção dos filhos, mas também dos pais relativamente a estas questões.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. (1979). Infant-mother attachment. *American Psychologist*, 34 (10), 932-937.
- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Bartholomew, K. (1990). "Avoidance of intimacy: an attachment perspective". *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.
- Buehler, C. (2006). Parents and Peers in Relation to Early Adolescent Problem Behavior. *Journal of Marriage and Family*, vol. 68,1, 109-125.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss; Vol. 1. Attachment*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss; Vol. 2. Separation: Anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Routledge.
- Bowlby, J. (1988). Development psychiatry comes age. *American Journal of Psychiatry*, 145, 1-10.
- Canavarro, M. (1999). *Relações Afectivas e Saúde Mental. Uma abordagem ao longo do ciclo da vida*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Carvalho, M. (2005). Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. *Sociologia, Problemas e práticas*, 49, 71-93.
- Cassidy, J. (1999). Child-Mother attachment and the self in six-year-olds. *Child Development*, 59, 121-134.

- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3 - 20). New York: The Guilford Press.
- Claes, M., Lacourse, E., Bailey, S., Smith, C., (2005). "Parenting, Peer Orientation, Drug Use, and Antisocial Behavior in Late Adolescence: A Cross-National Study". *Journal of Youth and Adolescence*, 34(5): 401-411.
- Ducharme, M. A., Cruz, O., Marinho, S., & Grande, C. (2006). *Questionário de estilos educativos parentais (QEEP)*. *Psicologia da Educação*, V, 1, p-36-75.
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», a família e escola. *Análise Social*, 32(143), 913-924.
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12 (2), 163-177.
- Ferros, L. C. L. *Relações afetivas e sintomatologia psicopatológica na toxicod dependência: contributos para a caracterização clínica da dependência de heroína*. Porto: Faculdade de psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado.
- Fonseca, A.; Simões, M. (2004). *Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A.; Simões, M. (2004). Comportamento anti-social: técnicas e instrumentos de avaliação. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, pp.39-66. Coimbra: Almedina.
- Gullota, T. P.; Adams, G. R. & Montemayor R. (1998). *Delinquent Violent Youth – theory and interventions; Advances in Adolescent Development*. An Annual Book Series, p. 53-98.
- Hazan & Zeifman (1999). Pair bonds as attachments: Evaluating the evidence. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3 -20). New York: The Guilford Press.

- Hoeve, M., Blokland, A., Dubas, J. S., Loeber, R., Gerris, J. R., & Vander Laan, P. H. (2008). Trajectories of delinquency and parenting styles. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36(2), 223-235.
- Kagan, J. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, pp.1-10. Coimbra: Almedina.
- Kim, K. J., Conger, R. D., Lorenz, F. O. & Elder Jr., G. H. (2001). Parent-Adolescent reciprocity in negative affect and its relation to early adult social development. *Development Psychology*, 37, 775-790.
- Kratcoski, P. (1990). *Juvenile Delinquency* (3^a ed.). Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Lipsey M. L. & Derzon, J. H. (1998). Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood: A synthesis of longitudinal research. In R. Loeber & D. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 86-105). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Loeber, R. & Farrington, D. P. (1998). Never to early, never to late. Risk factors and successful interventions for serious violent juvenile offenders. *Studies on Crime and Crime Prevention*, 7(1), 7-30.
- Loeber, R. & Farrington, D. P. (1998). *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Machado, T. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*. Coimbra: Almedina.
- Martinho, L. V. *O papel da educação parental no comportamento anti-social dos adolescentes*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2010. Dissertação de Mestrado.
- Martin, G. (2005). *Juvenile justice. Process and systems*. Sage Publications.

- Matos, A. P. (2004). Violência na televisão e desenvolvimento do comportamento agressivo: o papel da aprendizagem social. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.251-290). Coimbra: Almedina.
- Matos, P. M., Barbosa, S., Almeida, H. M. & Costa, M. (1999). The Parental Attachment and Identity in Portuguese Late Adolescents. *Journal of Adolescence*, 22, 6, 805-818.
- Matos, P. M., & Costa, M. E. (1996). Vinculação e processos desenvolvimentais nos jovens e adultos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 45-54.
- Matos, P. M., & Costa, M. E. (2004). *Assessing attachment representations in adolescence: The Father/Mother Attachment Questionnaire*: Paper presented in the 9th Conference of EARA, Porto.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência, bullying e delinquência. Gestão de problemas de saúde em meio escolar*. Coisas de Ler Edições.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Livpsic.
- Oliveira, J. B. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Almedina.
- Pacheco, A. P.; Costa, R. A. & Figueiredo, B. (2002). *Estilos de vinculação, qualidade da relação com figuras significativas e da aliança terapêutica e sintomatologia psicopatológica: estudo exploratório com mães adolescentes*. *International Journal of Clinical and Health Psychology* (2003, nº1, p.35-59).
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M. & Hutz, C.S. (2002). In Hutz, C. S. (2002). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspetos teóricos e estratégias de intervenção*. Rio Grande do Sul: Casa do Psicólogo. Disponível em <http://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ipJOBj-Qu20C&oi=fnd&pg=PA7&dq=situa%C3%A7%C3%B5es+de+risco+e+vulnerabilidade+na>

[+inf%C3%A2ncia+e+na+adolesc%C3%A2ncia&ots=Bn_ne8NSso&sig=tdXKBwjo10t4VSYiAiqbcbEI4Y&redir_esc=y#v=onepage&q=situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20risco%20e%20vulnerabilidade%20na%20inf%C3%A2ncia%20e%20na%20adolesc%C3%A2ncia&f=false](#) (Consultado a 15/07/2012)

Ruther, M., Giller, H. & Hagell, A. (1998). *Antisocial behavior by young people*. New York: Cambridge University Press.

Ruther, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade: análise de alguns percursos cruciais. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Crime*, pp.11-38. Coimbra: Almedina.

Steele, H., Steele, M & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants. *Child Development*, 67, 541-555.

Seydlitz, R., e Jenkins, P., (1998). The influence of Families, Friends, Schools, and Community on Delinquent Behavior. In Gullotta, T. P., Adams, G. R., Montemayor, R. *Delinquent vilent young: theory and interventions*, p. 53- 88. London: Sage Publications.

Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors Using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, 12(4), 389-408.

Soares, I. (2007). *Relações de Vinculação ao Longo do Desenvolvimento: Teoria e Avaliação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Sudermann, M., Jaffe, P. & Watson, L. (1996). Wife abuse – The impact on children. The National Clearinghouse on Family Violence. Canada: Minister of Public Works and Government Services Canada. Disponível em <http://dsp-psd.pwgsc.gc.ca/Collection/H72-22-7-1996E.pdf>. Consultado a 13/07/11.

- Yoshikawa, H. (1995). *Long Term Effects of Early Childhood Programs on Social Outcomes and Delinquency*. The Future of Children. Vol. 5 (3). Princeton University.
- Thompson, R. A. (2008). Early attachment and later development: Familiar questions, new answers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 348-365). New York: Guilford.
- Xavier, C. S. F. (2008). *Do silêncio à raiva: relação entre a exposição à violência interparental e a manifestação de comportamento anti-social*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., Egeland, B., & Carlson, E. A. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 68-88). New York: The Guilford Press.
- Weiss, R. S. (1991). The attachment bond in childhood and adulthood. In C. M. Parkers, J. Hindle & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle*. London, N. Y.: Routledge.
- Wood, J.J., McLeod, B. D.; Sigman, M., , Hwang, W. C., e Chu. B.C. (2003). Parenting and childhood anxiety; theory, empirical findings and future directions. *Journal of Childhood Psychology and Psychiatry*, 44(1), 135.

Anexos

Anexo 1: Instrumento utilizado na recolha de dados.



Universidade do Porto
FPCEUP Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação

O presente questionário surge no âmbito de um projeto de Mestrado Integrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça.

Apresentamos-lhe abaixo um conjunto de questões sobre as quais gostaríamos que nos desse a sua opinião. Não existem respostas certas nem erradas, a sua participação é anónima e os dados recolhidos são confidenciais. Deve assinalar com uma cruz (x) no ponto da escala que melhor traduz a sua opinião.

Sexo: F ____ M ____	Estabelecimento de Ensino:
Idade: _____	Data de Nascimento: ____-____-____
Ano Letivo que frequenta: ____:º Ano	Localidade:

Eu vivo com...

- ____ a minha mãe e o meu pai
- ____ um dos meus pais e uma madrasta ou padrasto
- ____ só a minha mãe ou só o meu pai
- ____ outra pessoa. Quem? _____

Profissão Pai (ou substituto): _____	Idade: ____	Escolaridade:
Profissão Mãe (ou substituta): _____	Idade: ____	Escolaridade:

Número de pessoas que constituem o teu agregado familiar: _____

No conjunto de afirmações seguintes, assinala a resposta que melhor exprime o modo como te sentes com cada um dos teus pais no momento atual. Responde em colunas separadas para o pai e para a mãe, tendo em conta as seis alternativas que se seguem:

Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
①	②	③	④	⑤	⑥

	Mãe	Pai
1. Os meus pais estão sempre a interferir em assuntos que só têm a ver comigo.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
2. Tenho confiança que a minha relação com os meus pais se vai manter no tempo.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
3. É fundamental para mim que os meus pais concordem com aquilo que eu penso.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
4. Os meus pais impõem a maneira deles de ver as coisas.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
5. Apesar das minhas divergências com os meus pais, eles são únicos para mim.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
6. Penso constantemente que não posso viver sem os meus pais.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
7. Os meus pais desencorajam-me quando quero experimentar uma coisa nova.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
8. Os meus pais conhecem-me bem.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
9. Só consigo enfrentar situações novas se os meus pais estiverem comigo.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
10. Não vale muito a pena discutirmos, porque nem eu nem os meus pais damos o braço a torcer.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
11. Confio nos meus pais para me apoiarem em momentos difíceis da minha vida.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
12. Estou sempre ansioso(a) por estar com os meus pais.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥

13. Os meus pais preocupam-se demasiadamente comigo e intrometem-se onde não são chamados.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
14. Em muitas coisas eu admiro os meus pais.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
15. Eu e os meus pais é como se fôssemos um só.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
16. Em minha casa é problema eu ter gostos diferentes dos meus pais.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
17. Apesar dos meus conflitos com os meus pais, tenho orgulho neles.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
18. Os meus pais são as únicas pessoas importantes na minha vida.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
19. Discutir assuntos com os meus pais é uma perda de tempo e não leva a lado nenhum.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
20. Sei que posso contar com os meus pais sempre que precisar deles.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
21. Faço tudo para agradar aos meus pais.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
22. Os meus pais dificilmente me dão ouvidos.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
23. Os meus pais têm um papel importante no meu desenvolvimento.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
24. Tenho medo de ficar sozinho(a) se um dia perder os meus pais.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
25. Os meus pais abafam a minha verdadeira forma de ser.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
26. Não sou capaz de enfrentar situações difíceis sem os meus pais	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
27. Os meus pais fazem-me sentir bem comigo próprio(a).	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
28. Os meus pais têm a mania que sabem sempre o que é melhor para mim.	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥
29. Se tivesse de ir estudar para longe dos meus pais, sentir-me-ia perdido(a).	① ② ③ ④ ⑤ ⑥	① ② ③ ④ ⑤ ⑥

30. Eu e os meus pais temos uma relação de confiança.

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ① ② ③ ④ ⑤ ⑥

Para cada uma das afirmações que se seguem, assinala com uma cruz (X) a coluna que melhor traduz o que se passa contigo.

	Discordo Totalmente	Não concordo	Concordo	Concordo em absoluto
31. Posso contar com o meu Pai para me ajudar se eu tiver algum problema.				
32. O meu Pai incita-me a dar o meu melhor em qualquer coisa que eu faça.				
33. O meu Pai incita-me a pensar pela minha cabeça.				
34. O meu Pai ajuda-me nos meus trabalhos escolares se houver alguma coisa que eu não compreenda.				
35. Quando o meu Pai pretende que eu faça alguma coisa, explica-me porquê.				
36. Posso contar com a minha Mãe para me ajudar se eu tiver algum problema.				
37. A minha Mãe incita-me a dar o meu melhor em qualquer coisa que eu faça.				
38. A minha Mãe incita-me a pensar pela minha cabeça.				
39. A minha Mãe ajuda-me nos meus trabalhos escolares se houver alguma coisa que eu não compreenda.				
40. Quando a minha Mãe pretende que eu faça alguma coisa, explica-me porquê.				

Às questões que se seguem, deves responder, assinalando a coluna correspondente, a frequência com que ocorre.

	Nunca	Às vezes	Frequentemente	Sempre
41. Quando tens uma má nota na escola, com que frequência os teus pais te encorajam a insistir para melhorar?				

Delinquência Juvenil: Vinculação aos Pais e Educação Parental

42. Quando tens uma boa nota na escola, com que frequência os teus pais te elogiam?				
---	--	--	--	--

Com que frequência é que estas coisas acontecem na tua família?

	Quase todos os dias	Algumas vezes por semana	Algumas vezes por mês	Quase nunca
43. Os meus pais passam algum tempo só a conversar comigo.				
44. A minha família faz qualquer coisa divertida em conjunto.				

Até que ponto os teus pais **TENTAM saber** (responde assinalando a coluna que melhor se aplica ao teu caso):

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
45. Quem são os teus amigos.				
46. Onde vais quando saís à noite.				
47. O que fazes nos teus tempos livres.				
48. Onde estás de tarde quando saís da escola.				
49. Como gastas o teu dinheiro.				

Até que ponto os teus pais **REALMENTE sabem** (responde assinalando a coluna que melhor se aplica ao teu caso):

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
50. Quem são os teus amigos.				
51. Onde vais quando saís à noite.				
52. O que fazes nos teus tempos livres.				

Delinquência Juvenil: Vinculação aos Pais e Educação Parental

53. Onde estás de tarde quando saís da escola.				
54. Como gastas o teu dinheiro.				

Muitos jovens, por vezes, fazem coisas que não são totalmente permitidas. Nós gostaríamos de saber se tu também fizeste algumas dessas coisas. Recorda-te que todas as tuas respostas são **confidenciais** e que ninguém, para além dos investigadores, vão conhecê-las. Agora, apresentam-se um conjunto de atividades e tu podes dizer-me se alguma vez fizeste essas coisas, sim ou não? Caso a resposta seja positiva, indica o número de vezes que essa situação **aconteceu no último ano**. Se a polícia interveio em algumas dessas situações assinala com uma cruz (X) na tabela.

	Não	Sim	Quantas vezes	Polícia (X)
55. Já alguma vez faltas-te às aulas, pelo menos durante um dia inteiro, sem uma razão séria que o justificasse?				
56. Já alguma vez fugiste de casa, para ficar noutra local, por uma ou mais noites, sem permissão dos teus pais ou teus responsáveis?				
57. Já alguma vez andaste num autocarro, elétrico, metro ou comboio sem pagar?				
58. Já alguma vez conduziste um carro, motociclo ou ciclomotor sem teres carta de condução ou seguro?				
59. Alguma vez escreveste ou fizeste desenhos ou pinturas (graffitis) em paredes, autocarros, bancos de autocarro ou abrigos de paragens de autocarros, etc?				
60. Alguma vez danificas-te ou destruístes, propositadamente coisas como um sinal de trânsito, uma cabine telefónica, mobiliário escolar, etc?				
61. Já alguma vez tiraste qualquer coisa de outro sem intenção de a devolver?				
62. Já alguma vez andaste armado, por exemplo com uma navalha ou outro instrumento cortante perigoso, um pau, uma barra de ferro, uma pistola ou arma de fogo?				
63. Já alguma vez ameaçaste alguém com uma arma ou ameaçaste que batias em alguém para conseguir dinheiro ou outros valores?				
64. Já alguma vez consumiste marijuana, haxixe ou erva?				
65. Já alguma vez cheiraste colas, vernizes ou gasolina?				
66. Já alguma vez usaste qualquer droga dura como heroína, cocaína, crack, anfetaminas, tranquilizantes, etc?				
67. Já alguma vez consumiste cerveja ou vinho?				

Delinquência Juvenil: Vinculação aos Pais e Educação Parental

68. Já alguma vez consumiste whisky, rum, gin, vodka, ou outras bebidas alcoólicas?				
69. Alguma vez a polícia foi chamada a intervir devido a problemas que causas-te?				
70. Alguma vez foste presente a juiz para seres ouvido e julgado?				

Obrigado pela colaboração!